A POLÍTICA DE GESTÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Verônica Dantas de Araújo Albano ¹ (*Professora da rede Municipal de Ensino de Mossoró/RN – Brasil – veronik_uern@hotmail.com*)

Verônica Maria de Araújo Pontes ² (*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN– Brasil – veronicauern@gmail.com*)

Introdução: Os diálogos que envolvem as políticas educacionais voltadas para a gestão, têm sido alvo de estudos na contemporaneidade. Em razão disso, traçamos uma busca visando caracterizar o modelo de gestão educacional adotado pelas escolas públicas do município de Mossoró/RN, tendo o embasamento na análise de documentos legais locais, os quais ressignificam a política educacional municipal, ao passo que incorporam elementos ramificados do capitalismo na educação por meio dos ideais neoliberais, importando características empresariais gerenciais de performatividade, de meritocracia e de responsabilização pelos resultados para o âmbito escolar público, consideradas “novas formas de disciplina [...] instituídas pela competição, eficiência e produtividade, [...] novos sistemas éticos são introduzidos com base no interesse próprio da instituição, no pragmatismo e no valor performativo” (BALL, 2005, p. 547). Para viabilizar as nossas buscas, optamos para a aplicação da análise documental, como ferramenta potencializadora da análise dos aparatos legais, que regem o tipo de gestão escolar pertencente ao município. Segundo Cellard (2008) a análise documental deve considerar, entre outros aspectos, o contexto, a autoria, a autenticidade textual, a natureza e a lógica interna do texto. Dito disso, relacionamos os dispositivos legais à conjuntura reprodutora das suas entrelinhas, situando o modelo de gestão seguido pelo município de Mossoró, bem como, os intervenientes nele incorporados, discutindo as políticas sob o enfoque das intencionalidades das bases legais voltadas à ação gestora no ambiente escolar.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO, associação ampla da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRN.

² Professora efetiva do IFRN/Ipanguaçu, orientadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO/UERN/IFRN/UFERSA. Professora do Doutorado e Mestrado em Letras/UERN e da RENOEN/IFRN.

As análises: De acordo com as análises realizadas, a Lei nº 2.717/ 2010 - Lei de Responsabilidade Educacional -LRE, criada em 27 de dezembro de 2010, foi elaborada na intenção de possibilitar avanços na qualidade do ensino do Sistema Municipal de Educação adotado no município de Mossoró/RN, com o intuito de ser implementada no ano posterior, ou seja, em 2011 (MOSSORÓ, 2010). Nesse íterim, surge como *feedback* das ações, a avaliação do desempenho profissional, enfocando como produto a melhoria dos indicadores educacionais. Isto posto, ao se preocupar com a qualidade do ensino ofertado pelo município, a LRE lança mão da criação de diretrizes que vão em direção às ferramentas de monitoramento da instituição escolar via a cultura da transparência, a partir da “transformação do legal no real” (CURY; FERREIRA, 2009, p. 44), agregando a questão das premiações para aqueles que seguirem as determinações à risca, obtendo o desempenho esperado, o que “consistem, ainda, na adoção de mecanismos de avaliação do desempenho e estratégias de premiação; na defesa da autonomia do sistema; descentralização; flexibilização da administração pública; qualificação dos gerentes; racionalização (MEDEIROS; RODRIGUES, 2014, p. 236-237). Todos esses fatores, revelam uma face política educacional em Mossoró ramificada das teorias aspirantes por um novo modelo de gerir, que imprimem nas escolas orientações administrativas gerenciais com nuances neoliberais. Conforme a Lei municipal analisada anteriormente, o Plano Estratégico da Rede Municipal de Ensino – PER, criado em 2009 na última gestão da ex-prefeita Maria de Fátima Rosado Nogueira, fundamenta-se na melhoria da qualidade da educação municipal, respaldando-se, todavia, na garantia de eficiência, eficácia e efetividade nos serviços prestados pela rede municipal de educação básica (MOSSORÓ, 2009), de modo a priorizar o paradigma da excelência no ambiente escolar, em um diálogo constante com artifícios propulsores de ações e metas consistentes, a fim de potencializar uma política de qualidade no setor educacional. Esse processo fica explícito, quando o documento menciona que nas instituições escolares públicas do município, deve haver uma “política de análise e divulgação dos resultados das avaliações educacionais internas e externas” (MOSSORÓ, 2009, p. 39), considerando a avaliação um ponto chave para o reconhecimento técnico da aptidão dos sujeitos quantificados, os quais, são estimulados a cada vez mais correrem contra o tempo, visando o alcance das metas, o que também gera competição entre as entidades. Assim sendo, “a lógica competitiva promovida por

um sistema [...] com base em critérios meritocráticos, cria as condições culturais que facilitam uma profunda mudança institucional voltada para a configuração de um verdadeiro mercado educacional” (GENTILI, 1996, p. 07). Em face disso, os parâmetros avaliatórios empregados como meio contínuo de identificação de mérito e de valor (MOSSORÓ, 2009). Às escolas que alcançarem o mérito educacional, será fornecida uma espécie de premiação, o que sinaliza a perda do real sentido da qualidade da educação, substituindo o princípio ético por questões quantitativas.

Conclusões: Nesse entendimento, “são esses novos mandarins, gulosos por gratificações e sempre prontos a deixar o serviço público pelo setor privado, cansados de pregar o espírito de "serviço público” [...] (BOURDIEU, 2012, p. 217) que assolam a educação do município de Mossoró. Logo, a investigação da realidade pode vir a ser um reflexo fidedigno dos fazeres por trás das cortinas da escola, que integra o dito e o não dito em uma mesma configuração. Manusear diretamente as situações experienciadas pelos professores, abre oportunidade para que a pesquisa ganhe uma maior validade, dado que as relações de poder que permeiam o ambiente escolar, podem ser apreciadas mediante a perspectiva do sujeito pertencente ao contexto. Assim, o relacionamento interpessoal entre diretores e docentes das escolas públicas municipais de Mossoró/RN escolhidas para compor esta pesquisa, pode ser melhor compreendido, trazendo também os significados dos fatores que a subsidia. A partir disso, reportamo-nos ao pensamento foucaultiano, quando se refere que as políticas são construídas e estruturadas dentro e ao redor de discursos específicos que produzem os objetos dos quais falam, o que demonstra uma política da gestão pública escolar em Mossoró arraigada de interesses e intentos políticos, os quais tornam-se elementos notáveis para a elaboração da legislação municipal tratada nesse trabalho. Além disso, é visível a quantidade de contradições e ambiguidades que divergem entre si nos dispositivos, o que requer o hábito da leitura destes e a sua contestação, a partir do momento em que se identifica inadequações tanto na elaboração, quanto na implementação das leis municipais.

Referências

BALL, Stephen John. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. In: _____. (Org.). **A demissão do Estado**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 215-224.

CELLARD, André. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília, ano XIII, n. 45, p. 32-45, abr./jun. 2009.

GENTILI, Pablo Antonio Amadeo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Escola S. A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), 1996. p. 9-49.

MEDEIROS, Sonayra da Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça. O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, p. 216-240, jan./abr. 2014.

MOSSORÓ (RN). **Lei nº 2.717**, de 27 de dezembro de 2010. Institui a política de Responsabilidade Educacional no município de Mossoró e dá outras providências. **Jornal Oficial de Mossoró**. Mossoró, 04 jan. 2011, ano IV, n. 75-A, p. 1-3.

_____. Secretaria Municipal da Cidadania: Gerência Executiva da Educação. **Planejamento Estratégico da Rede Municipal de Ensino 2009/2012**. Mossoró, RN, 2009.